

NON MULTUM SED MULTA* : FALANDO SOBRE ÉTICA

Geraldo Ribeiro de Sá**

Resumo: Com a finalidade de contribuir com o debate atual sobre o tema ética, as reflexões a seguir pretendem dialogar, sumariamente, com alguns princípios constitutivos da “modernidade”, revelados através das categorias laboriosidade, honestidade, frugalidade e credibilidade, cujos sons ainda ressoam hoje, embora sob outras vibrações, entretanto, já elaborados, re-elaborados e expostos pela Reforma Protestante, segundo M. Weber (2004), e pela Contra-Reforma Católica, conforme A. Gramsci (1979 e 1984), ambas iniciadas, no longínquo Século XVI. Esses princípios foram posteriormente apropriados e assimilados, inclusive, pelo capitalismo moderno e pelas respectivas formações sociais. Para facilitar o curso do presente diálogo, optou-se por desenvolvê-lo, através dos tópicos seguintes: o debate, a ética protestante, a laboriosidade e a honestidade, a frugalidade e a pontualidade, e, finalmente, a presença contemporânea dos princípios éticos embutidos nestas categorias.

Palavras-chave: ética, modernidade, capitalismo, religião.

Apresentação

Com a finalidade de contribuir com o debate atual sobre o tema ética, as reflexões a seguir pretendem dialogar, sumariamente, com alguns princípios constitutivos da “modernidade”, revelados através das categorias laboriosidade, honestidade, frugalidade e credibilidade, cujos sons ainda ressoam hoje, embora sob outras vibrações, entretanto, já elaborados, re-elaborados e expostos pela Reforma Protestante, segundo Weber (2004), e pela Contra-Reforma Católica, conforme Gramsci (1979, 1984), ambas iniciadas, no longínquo Século XVI. Esses princípios foram posteriormente apropriados e assimilados, inclusive, pelo capitalismo moderno e pelas respectivas formações sociais.

Para facilitar o curso do presente diálogo, optou-se por desenvolvê-lo, através dos tópicos seguintes: o debate, a ética protestante, a laboriosidade e a honestidade, a frugalidade e a pontualidade, e, finalmente, a presença contemporânea de princípios éticos embutidos nestas categorias.

O debate

* Lema da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, localizada em Barbacena (MG), onde, em 2001, o autor proferiu palestra, sobre o tema: A Ética e a Cultura Militar.

** Dr. em Ciências Sociais pela PUC/SP e Professor dos Cursos de Mestrado em Direito e Educação da Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Campus de Três Corações (MG).

Nos dias atuais, sobretudo, tem-se assistido, participado, debatido, vivenciado e refletido a respeito do tema ética em seus meandros, ramificações, significados, definições e redefinições, não somente entre os filósofos e no interior das múltiplas e distintas entidades profissionais, mas inclusive fora desses ambientes. Aliás, nestes locais, tal gênero de indagações sempre fez parte de seu cotidiano, seus costumes e tradições. Porém o que a todos tem surpreendido são as indagações amplas e intensas, difusas e localizadas, genéricas e específicas sobre o referido tema, fora do recinto das academias e das entidades profissionais, não só por sua proliferação, mas, sobretudo, pelo alto nível dos conteúdos aventados.

Além da proliferação e do nível de conteúdo, o debate atual sobre o tema referido tem sido marcado pela presença de certa angústia, inclusive, mas também somado com feições muito bem-vindas e promissoras, pois esse debate traz consigo um clima de bem-estar provocador e contagiante. As provocações e os contágios propagados por esse clima podem e devem ser considerados como um dos principais fatores responsáveis pelo surgimento, alimentação e realimentação de mais e mais debates, reflexões e práticas não só internas, mas também vizinhas e distantes das academias de filosofia e dos muros das entidades profissionais. Fora das academias de filosofia, mas incluindo os filósofos e suas contribuições. Além das paredes das associações profissionais, porém com a presença indispensável e o diálogo constante com seus membros.

O clima, a extensão e a constância do debate atual não se explicam apenas pelo saudosismo de uma ética que se pretendia construída, estruturada e, quem sabe, supostamente pronta e já institucionalizada. Esses componentes do debate atual também não se justificam somente por constatações de que princípios, valores e práticas, até então considerados éticos, entretanto, na atualidade, são questionados, revistos, fragmentados, rejeitados, denunciados ou marcados pela indiferença procedente de fontes, as mais diversas. Não se explicam, inclusive e simplesmente como momentos de empenho e procura de alternativas, com a finalidade de se resgatar princípios, valores e práticas em processo de extinção, já perdidos ou mesmo em desuso, mas por muito mais do que tudo isso.

Tem-se percebido também, no debate atual, certa dose de perplexidade e desorientação generalizadas, como se tudo e todos, incluindo o mundo, estivessem perdendo o centro e se desfazendo, conforme, inclusive, os descreveu um sociólogo inglês: “A idéia implícita é que a cultura foi descentrada, falta-lhe coerência e unidade, não pode mais proporcionar uma explicação satisfatória do mundo, suficiente para nos ajudar a construir e ordenar a vida” (FEATHERSTONE, 1996, p. 106). Mas simultaneamente aos processos de desmanche e de descentralização, emergem-se e se refazem princípios éticos muito fecundos como a procura e o encontro de intercessões, para se lidar e aprender lidar com a heterogeneidade de formulações,

manifestações e reformulações éticas, hoje, bem como encontrar mediações para se viver honestamente e feliz.

O debate atual, portanto, põe e repõe, formula e reformula questões referentes à honestidade e à desonestidade, à felicidade e à infelicidade, ao bem e ao mal, à ordem e à desordem, à igualdade e à desigualdade, à inclusão e à exclusão, à negociação e à violência, ao presente e ao passado, à democracia e ao autoritarismo, à integração e à autonomia, ao indivíduo e à massa, à educação e à cidadania. Tudo isso, porém, sempre perpassado pelo clima do “tudo que era sólido e estável desaparece pouco a pouco” (MARX e ENGELS, 1980, p. 12).

Sob certo aspecto, entretanto, pode-se dizer que as “idéias de felicidade da vida presente e do soberano bem” (NOVAES, 1992, p. 8) [...] continuam compondo e definindo as diferentes tonalidades nas telas do cotidiano, onde se desenrolam, configuram, elaboram, escrevem, plantam e cultivam escolas e teorias, revelando princípios éticos e propondo práticas morais semelhantes ou diferentes e, por vezes, conflitantes e contraditórios. Noutros termos, o entendimento do conceito de felicidade enquanto valor, ou a resposta dada à pergunta a respeito do que seja a felicidade, e ainda o entendimento da idéia de soberano bem, isto é, o bem ao qual nenhum outro está subordinado, constituem ainda a raiz de inúmeras e diferenciadas formulações éticas e exteriorizações de formas de conduta social.

A ética protestante

No limite, as questões que se emergem, no conjunto das reflexões, debates e práticas atuais, concordam e discordam, põem e repõem, entre muitas outras, uma das mais difusas e controversas expressões éticas e, simultaneamente, uma das mais objetivadas maneiras de pensar, sonhar, sentir e agir, conhecida como a ética protestante, ainda presente de forma muito sutil, sob diversas e, por vezes, irreconhecíveis configurações, conforme se verá mais a diante.

A ética protestante pode ser caracterizada como um conjunto de princípios e normas, constituído no século XVI, cujos preceitos estão contidos no movimento, originariamente religioso “que chamamos de Reforma Protestante Alemã” (ENGELS, 1985, p. 16), com suas distintas expressões, descritas e analisadas inclusive por

Weber (2004, p. 87-139), sob a denominação de calvinismo, pietismo, metodismo e as seitas derivadas do movimento batista, entre outras.

O conjunto de princípios e normas componentes da ética protestante encontra-se incluído no cristianismo reformado, componente das grandes campanhas empreendidas pela burguesia européia contra o feudalismo, no entendimento de Engels (1985, p. 16), através das lideranças de Lutero, Calvino, Baxter e de muitos outros. E, por mais contraditório que se pareçam a muitos,

também os princípios do cristianismo reformado fizeram-se presentes, no processo da contra-reforma, empreendida pelas autoridades católicas reunidas no Concílio de Trento, igualmente no século XVI. Neste artigo o autor não discutirá, ainda que sucintamente, o processo da contra-reforma, empreendida pelas autoridades católicas. A propósito das fontes utilizadas por Weber (2004), há, inclusive, inclusive no Brasil, sínteses brilhantes, como as empreendidas por Cohn (1979), Tragtenberg (1985) e Berlinck (1993), para ficar entre os autores mais conhecidos.

Esse conjunto de princípios e normas, em decorrência de seu significado, de suas conseqüências e, sobretudo pelo seu caráter utilitário ao processo de acumulação capitalista, no entendimento, inclusive de Tragtenberg, (1985, p. xii-xiv) e Berlinck (1993, p. 7-13), dentre muitos outros autores, despreendeu-se de suas raízes religiosas, tornou-se adulto, ganhou autonomia em relação às suas origens, erigiu-se em mentalidade e maneira de conduta do sistema capitalista como um todo e de seus agentes em especial, conforme explicitou Weber (2004):

Acima de tudo, este é o *summum bonum* desta “ética”: ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro [...]. Na ordem econômica moderna, o ganho de dinheiro – contanto que se dê de forma legal – é o resultado e a expressão da habilidade na profissão, e essa habilidade [...] constitui o verdadeiro alfa ômega da moral de Franklin [...] (p. 46-47).

Ao se constituir, configurar e fecundar o capitalismo, essa manifestação ética, desde suas origens, entranhou na mentalidade de empresários, assalariados e demais segmentos de trabalhadores vinculados ou não ao sistema produtivo de bens e serviços. Penetrou as instituições de todas as espécies, a umas mais e a outras menos, moldando corpos e consciências. Ao se introduzir nos “corpos, para torná-los dóceis e úteis” ao trabalho voltado, antes de tudo, para o processo produtivo, conforme escreveu, mais tarde, Foucault (1977, p. 126), os princípios constitutivos da ética protestante moldaram, inclusive, o ritmo e as formas de relações sociais desenvolvidas além das “atividades tipicamente econômicas”, como as atividades desenvolvidas nos campos da educação, do lazer e esporte, bem como da religião, entre outras, com o que já tinha concordado, anteriormente, inclusive Weber (2004, p. 166-167).

Os princípios da ética protestante movimentaram e continuam movimentando amplo e intenso processo de transformação das coisas divinas em coisas profanas ou terrenas, componentes do cotidiano e vice-versa. Provocaram a racionalização, isto é, o desencantamento do religioso, do cotidiano e do mundo como um todo, através dos processos de elaboração e difusão do conhecimento científico e de suas técnicas.

Conforme será comentado mais adiante, muitos desses princípios também encontrados noutras denominações religiosas, nos mosteiros católicos, por exemplo, foram reformulados e recriados pelos reformadores protestantes, destacados por Weber (2004), e continuam merecendo a atenção dos estudiosos, sobretudo, pelo caráter revolucionário e civilizador, neles embutido.

Neste artigo os princípios a serem realçados, comentados e analisados, entre outros são a laboriosidade, a honestidade, a frugalidade e a credibilidade. Eles formam um todo indivisível e inseparável, porém serão distintos com a finalidade de facilitar a reflexão e o esclarecimento do escrevente e do leitor.

A laboriosidade e a honestidade

A laboriosidade pode muito bem ser traduzida no princípio de que

[...] uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto por si mesmo – como “vocação”. Mas tal disposição não está dada na natureza. E tão pouco pode ser suscitada diretamente, seja por salários altos seja por salários baixos, só podendo ser o produto de um longo processo educativo (WEBER, 2004, p. 54) e também Kurz (2003, p. 23).

Enquanto exteriorização de uma vocação, o trabalho humano unifica e mistura as condições da escolha, de origem divina, com as opções originárias e postas diante das pessoas pelo cotidiano. Nessas situações, o trabalho humano realiza a metamorfose do sagrado em profano e vice-versa. Seculariza o religioso e santifica o temporal. Nesse contexto, também não se faz distinção de níveis de valor quanto às formas sociais de trabalho, se intelectual ou braçal, se executado na fábrica ou no campo, se realizado em casa ou na empresa, se para o mercado, para o consumo próprio ou doméstico, se de resultado simbólico ou físico, por exemplo. Também não se faz distinção de níveis de valor quanto ao produto final. Se, por exemplo, a atividade consiste em produzir arroz ou fabricar computador, se produzir filosofia ou mercadoria, se aprender ou ensinar, se meditar ou agir.

Aliás, nesse mesmo sentido, a laboriosidade além de se constituir como princípio necessário à perfeição e à disciplina, como ação e processo componentes do cotidiano do homem ocidental e uma das características do capitalismo moderno, conforme já se disse em parágrafos anteriores, também foi percebida, como componente do cotidiano do homem oriental, e estudada pelo cientista social norte-americano Fukuyama (1993), no final da última década do século XX, ao se deparar com a reforma do budismo japonês:

Suzuki ensinava que a pessoa podia atingir o estágio de iluminação sem se retirar do mundo, levando à perfeição as tarefas mais comuns: plantar arroz, aplainar uma tábua. Essa linhagem budista, que só existe no Japão, já foi comparada à santificação puritana das vocações deste mundo, vista como chave da revolução capitalista dos séculos XVI e VXVII (FUKUYAMA, 1993, p. 6).

O importante e fundamental, para se orientar pelo princípio da laboriosidade, será a insistência na busca da perfeição, insistência contínua, incansável e permanente, não só em relação ao trabalhador, mas também em relação ao produto de seu trabalho, bem como do

usuário, cliente ou consumidor, beneficiário ou colaborador. A orientação pelo princípio da laboriosidade vincula, portanto, de maneira contínua e duradoura, o trabalhador com sua obra, o benefício com o beneficiário, o produtor com o cliente, o produto com o consumidor. E essa forma de vinculação faz com que cada um deles se espelhe no outro, de forma ininterrupta, sempre, porém, mediados pela busca e pelo encontro permanente da perfeição e de seus sinais.

Como vocação e por isso, sempre perpassada e revestida pelo invólucro da consciência, da honestidade e da legalidade, o trabalho, jamais será desagradável a Deus. Ao ser elevada ao nível de vocação, a laboriosidade, isto é, a amizade e a dedicação constante ao trabalho, estabelecem e restabelecem relações entre o trabalhador e a divindade, dando, portanto, origem à descoberta de sinais da predestinação divina, à certeza da salvação, aqui e agora.

A amizade entre o trabalhador e a divindade, conseqüentemente, transforma-se em circuito de salvação, de libertação, de realização ou de autonomia, como acrescentariam muitos outros. Em suma, o trabalho como vocação, expresso inclusive pela atividade profissional, porque honesto e legal, transfigura o sagrado em terreno e o cotidiano em celeste. Aliás, nesse contexto, vocação e profissão vinculam-se mutuamente, devendo a segunda ser sempre a manifestação da primeira e vice-versa. Nunca se esquecendo, porém, nesse contexto, do indispensável emprego da ciência e da tecnologia, do artesanato e da arte, perpassados, contudo, e sempre pela mediação da honestidade e da busca de perfeição, aqui e agora, como ontem, amanhã e depois.

Simplificando, o trabalho como vocação, porque honesto e legal, ao ligar, misturar e fundir os espaços do terreno com os limites do divino provocou e continua provocando uma drástica ruptura de fronteiras entre esferas, inclusive: a esfera do sagrado e a esfera do profano, isto é, a esfera de Deus e esfera do homem. Nesse ponto, aliás, pode-se afirmar com grande margem de segurança: a reforma protestante, princípio fundador da modernidade, quando produziu rupturas ou desbloqueios entre as esferas do sagrado e do profano, inaugurou também um entre os vários princípios muito queridos da pós-modernidade, conforme foi detectado posteriormente, já no final do Século XX: “A modernidade deve, portanto, ser entendida como um processo de diferenciação entre as várias esferas culturais, horizontal e verticalmente. A pós-modernidade, ao contrário, envolve a desdiferenciação” (URRY, 1996, p. 120). A propósito dos componentes constitutivos da modernidade: diferenciação social, racionalização da normatividade e separação entre o público e o privado, pode-se consultar, inclusive Tavolaro (2005, p. 11), entre muitos outros autores.

A lógica do trabalho honesto não exclui, por sua vez, a lógica da felicidade, do bem-estar do predestinado, aqui e agora, no dia-a-dia das relações sociais, com tudo o que há de bom, mas, por outro lado, também não consegue interromper as possíveis interações do mesmo

predestinado com todas as mazelas inerentes à biografia e história construída por pessoas compostas de carne e osso, de paixão e razão, de vícios e virtudes, entre muitas outras qualidades e defeitos. A lógica da felicidade supõe e pressupõe, igualmente, um mínimo e um máximo de satisfação das necessidades fundamentais das pessoas como comer, beber, vestir, habitar, amar, procriar, entre muitos outros valores de caráter simbólico e material.

O trabalho honesto e legal permite ao trabalhador a descoberta e a apropriação de uma vida feliz não só aqui e agora, mas também o encontro e a posse dos sinais de sua continuidade, no amanhã e para sempre. E um desses sinais, o mais significativo, talvez seja o sucesso, com destaque para sua exteriorização, objetivada no bem-estar econômico. Dessa forma, se estabelece um movimento que se auto-alimenta: o sucesso, presente no cotidiano pessoal e interpessoal, torna virtuosos e felizes os indivíduos, e, por sua vez, a virtude e a felicidade lhes garantem novos e novos sucessos, como o ganhar e acumular mais e mais dinheiro, por exemplo. Daí a sensação de equilíbrio, conciliação e reconciliação entre o sucesso e a virtude, e vice-versa.

Nesse sentido o trabalho honesto exclui, por si mesmo, toda e qualquer mediação considerada desonesta ou ilegal, portadora consequentemente de infelicidade, conforme os parâmetros da ética posta pelo cristianismo reformado, como, por exemplo, o engano de outro, a apropriação indevida, o furto, o roubo, a mendicância, o gasto em excesso, o esnobismo, os vícios de todas as espécies e assim por diante. Convém recordar, nesse contexto, um componente da legislação penal, originada na Inglaterra dos Séculos XV e XVI e que se propagou por quase toda a Europa Ocidental, denominada “legislação sanguinária contra os expropriados” (MARX, 1968, p. 851), destinada especialmente ao combate da “vadiagem”, impondo-lhes penas severas, culminando, quase sempre em tortura, seguida de enforcamento.

Mediada e permeada pelo trabalho honesto e legal, a sagrada fome de ouro, traduzida como o impulso para ganhar mais e mais dinheiro, tão velha como a história do homem, converte-se em sumo bem “[...] - e é isso o que nos importa – o espírito capitalista (especificamente moderno) como fenômeno de massa” (WEBER, 2004, p. 50). Aliás, através dessa atitude mental da qual deriva o espírito capitalista, especificamente moderno, onde se destaca a “racionalidade” (COHN, 1979, p. 77-88) na condição de componente estrutural, Max Weber construiu a categoria capitalismo moderno, enquanto uma individualidade histórica cujos componentes encontram-se em contínuo processo de interação e mutação.

Em síntese, os componentes constitutivos do capitalismo moderno, que o distinguem de todas as demais formas anteriores de acumulação, podem ser agrupados da forma seguinte:

[...] procura renovada do lucro através das oportunidades de troca formalmente pacíficas [...] apropriação racionalmente efetuada [...] ação econômica racionalmente calculada em termos de capital [...] organização capitalista racional assentada no trabalho livre [...] contabilidade racional [...] separação da esfera pública da doméstica [...] instituição de bolsas de valores [...] organização

racional do trabalho [...] estruturas racionais do direito e da administração [...] articulação entre ciência e técnica [...] e o moderno ethos econômico (WEBER, 1983, p. 1-15).

O moderno ethos econômico, isto é, a mentalidade ou o espírito capitalista, expresso no princípio, segundo o qual “O trabalho deve, ao contrário, ser executado como um fim absoluto por si mesmo - como uma vocação”, conforme já se comentou anteriormente, determinou mudanças não somente nas atividades econômicas, mas também nas demais esferas da vida, destacando-se, neste artigo, os campos da educação, do lazer e dos esportes, apenas a título de exemplificação.

A maneira de realizar a educação tem percorrido, inclusive conforme o pensamento de Weber (2004), um longo e árduo processo. Ao se caracterizar como longo, o processo de educação passa a não ter um ponto inicial e final claramente definido, podendo, portanto durar enquanto persistir a vida útil de uma pessoa, por exemplo. Ao se definir como longo, o processo educacional estava, também, rompendo com as formas educacionais das sociedades assentadas, predominantemente, em formas tradicionais.

Nas sociedades de tipo tradicional, os processos educacionais estavam restritos e segmentados, sobretudo, de conformidade com as etapas da vida cronologicamente definidas, o gênero, os estratos sócio-econômicos e hereditários, entre outros. A educação acontecia, sobretudo, pela observação e imitação por parte das crianças e jovens em relação à geração adulta, e em etapas cada vez mais curtas quanto mais simples fosse a divisão social das funções individuais ou grupais.

Ao se definir como árduo ou trabalhoso, o processo de educação se estabelecia, ainda, e, sobretudo, como construção, formação e interação mediadas fundamentalmente pela racionalidade e não mais somente pela força de elementos tradicionais como a espontaneidade, a observação, a imitação e inclusive o emprego de medidas coercitivas, na falta e na falha dos demais recursos. Nesse contexto, a educação estava, inclusive, deixando-se escapar ao controle dos “deuses” e se deixando apanhar pelo poder e pelas forças da razão, da ciência e técnica, por uma nova mentalidade, em suma, ou seja, pelo moderno ethos, no entendimento, inclusive de Weber (2004).

Em relação ao lazer e aos esportes (SÁ, 1995, p. 91), a influência do moderno ethos, a nova mentalidade, trazida pela reforma protestante, deixa-se transparecer, inclusive, nos conflitos travados entre os puritanos e o rei da Inglaterra, já no século XVI. Pois nesse momento já questionavam os rituais das práticas esportivas, até então vigentes, e se procuravam definir novas maneiras de preenchimento das diferentes formas de lazer. Os novos princípios de conduta moral-religiosa, sob a influência dos puritanos, começavam permear o universo das relações

sociais, inclusive as do ambiente compreendido pelo lazer e pelos esportes, conforme muito claramente escreveu Weber (2004):

Na verdade, aliás, a aversão do puritanismo ao esporte, mesmo entre os quakers, não era devido a uma questão de princípio. Apenas devia servir a um fim racional: à necessária restauração da potência física. Já como simples meio de descontrair e descarregar impulsos indisciplinados, aí se tornava suspeito e, evidentemente, na medida em que fosse praticado por puro deleite ou despertasse fissura agonística, instintos brutais ou o prazer irracional de apostar, é evidente que o esporte se tornava pura e simplesmente condenável. O gozo instintivo da vida que em igual medida afasta do trabalho profissional e de devoção era, exatamente enquanto tal, o inimigo da ascese racional, quer se apresentasse na forma de esporte “grã-fino” ou, da parte do homem comum, como frequência a salões de bailes e tabernas (p. 152).

A racionalização dos esportes, conforme (SÁ, 1995, p. 91), começa, portanto, a se difundir e estar presente onde eles acontecessem: em tabernas, palácios, praças públicas ou em recintos fechados. Em contato direto com a natureza ou com o maquinário, a ciência e a tecnologia, comumente empregadas, nas academias, em busca da saúde, bem estar, boa aparência, do corpo eficiente, em suma, poder-se-á acrescentá-los, hoje. A racionalização implica no abandono da espontaneidade dos esportes e no acolhimento de normas e técnicas de características racionais e padronizadas. A racionalização dos esportes eleva-os à condição de meios para se obter fins previsíveis e resultados esperados. Os esportes passam a compor, nessas circunstâncias, uma política mais ampla e uma pedagogia voltada para a eficiência do corpo. Assiste-se, portanto, a mais uma transformação do espontâneo em programado e do programado em espontâneo. Observa-se, nesse contexto, um amplo e intenso processo, onde o racional torna-se ético e a ética se racionaliza.

O corpo eficiente será o corpo permanentemente em processo de educação e de disciplina, esbelto, flexível, bonito, ágil, dócil, útil e agradável ao indivíduo e à sociedade, à produção e reprodução das riquezas, sob a forma de bens e serviços, entre outras modalidades, cuja maior visibilidade mostra-se através da forma dinheiro, a mais cobiçada de todas elas, entidade simultaneamente concreta e abstrata. Abstrata enquanto equívale a todos os demais valores, sobretudo aos valores econômicos, expressos sob as formas de bens ou serviços e manifestações análogas, por exemplo. E entidade concreta enquanto, sob a forma de moeda em papel ou metal, tem seu valor objetivado, mostrado e equiparado, em qualquer momento componente do ininterrupto processo de troca mercantil, mediado pelo de dinheiro ou através de outras intercessões de natureza, predominantemente, econômica.

Ao se defrontar, bem mais tarde, com o referido assunto, escreveria Foucault (1977, p. 126): a “disciplina do corpo-mente”, antecipou-se, portanto, lógica e cronologicamente à disciplina fabril, em sentido estrito, e à disciplina para o trabalho produtivo, em sentido amplo. A

“disciplina do corpo-mente” já tinha se antecipado, portanto, à disciplina, inaugurada pela revolução industrial inglesa, e também ao sistema de serviços predominante, nas sociedades pós-industriais, estabelecidas, sobretudo, a partir dos anos setenta do século XX. A disciplina corporeamente antecipou-se, também, aos direitos e deveres constitutivos da cidadania moderna, uma questão central posta, muito mais tarde pela Revolução Francesa, e também pelo cotidiano das democracias liberais, inclusive atuais.

Conforme já se comentou, a honestidade e a laboriosidade são, portanto, necessárias para se atingir a felicidade, felicidade, porém, percebida e vivida no dia-a-dia, constantemente de forma parcial e fragmentada. A felicidade total, inatingível por natureza, conseqüentemente, terá sempre a forma de uma miragem, para os indivíduos e as coletividades, pois em lhes sendo adiada indefinidamente, ela lhes impulsionará, cada vez mais, para a dedicação ao trabalho, à busca e procura permanentes de mais e mais sintomas de bem estar, de sucesso e autonomia, condicionando, portanto, as pessoas e os grupos a permanecerem em estado de contínua vigilância.

A frugalidade e a credibilidade

Além da laboriosidade e da honestidade, componentes do moderno ethos econômico, outros dois princípios éticos são cultivados, cultuados, apregoados e difundidos pelo cristianismo reformado e contra-reformado: a frugalidade e a credibilidade.

A frugalidade dá-se a conhecer, através do consumo mínimo e da poupança máxima, da rejeição aos vícios e do controle austero sobre as delícias propiciadas pelas riquezas, advindas da laboriosidade virtuosa, ou seja, do trabalho honesto, perfeito e amparado pela legalidade. Noutros termos, compõem a frugalidade, por um lado, o controle sobre os vícios de qualquer espécie, desde o clássico não fumar e nem beber até o não esbanjar e nem o luxuriar, mas trabalhar e poupar, por outro lado. Tudo isso, porém, com o sentimento do dever, voltado para receber ou ganhar mais e mais dinheiro com a finalidade de se fazerem novos e novos investimentos, gerando assim mais lucro, em busca de novos investimentos, num circuito que se auto-alimenta, ininterruptamente, e movimenta um processo de acumulação sem limites. A frugalidade, por conseguinte vai muito além de um mero bom senso comercial, pois, nessas condições, torna-se componente essencial do ethos típico do capitalismo moderno.

No limite, a frugalidade, cujo rosto se dá a conhecer através do consumo mínimo e da poupança máxima, traz dentro de si, na condição de um de seus elementos mais significativos, o consumo produtivo do tempo. Produtivo, inclusive, no sentido de orientado para ganhar ou receber mais e mais dinheiro. Aliás, muito significativo, para se compreender a importância do

consumo produtivo do tempo, é uma das sentenças, proferida por Benjamin Franklin, personagem recorrente em “A Ética Protestante”:

Lembra-te de que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora cinco xelins a mais (WEBER, 2004, p. 42-43).

Consumo mínimo, isto é, de apenas o necessário para a reposição das energias gastas. Poupança máxima para o uso máximo em atividades produtivas de bens e serviços. Por isso

[...] a um sócio que se aposentara a fim de descansar e buscava persuadi-lo a fazer o mesmo, já que afinal ganhara o bastante e devia deixar que outros por sua vez ganhassem, Jacob Fugger responde, repreendendo-o por sua “pusilanimidade”: Ele (Fugger) tinha um propósito bem diferente, queria ganhar enquanto pudesse (WEBER, 2004, p. 45).

Muito a propósito é a sentença proferida por Benjamin Franklin:

Guarda-te de pensar que tudo o que possuis é propriedade tua e de viver como se fosse. Nessa ilusão, incorre muita gente que tem crédito. Para te precaveres disso, mantém uma contabilidade exata de tuas despesas e receitas. Se te deres a pena de atentar para os detalhes, isso terá o seguinte efeito benéfico: descobrirás como pequenas despesas se avolumam em grandes quantias e discernirás o que poderia ter sido poupado e o que poderá sê-lo no futuro [...] (WEBER, 2004, p. 44).

O cultivo e o culto à frugalidade multiplicam, portanto, a disposição e a disponibilidade para o trabalho, a produção, a produtividade, a poupança, o investimento, e o conseqüente aumento de patrimônio, sob a forma de bens de todo gênero, inclusive e, sobretudo, de dinheiro.

Em interação permanente com a laboriosidade, honestidade e frugalidade, encontra-se a credibilidade, cujo rosto e eficiência mostram-se e se afirmam, principalmente e através do pagamento certo, no momento exato, de forma correta e ao credor devido. Ou seja, pagar a quantia certa, em lugar certo e em tempo devido. Muito significativa, nesse contexto, é a sentença de Benjamin Franklin:

Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem crédito e dele faz bom uso (WEBER, 2004, p. 43).

A credibilidade, por outro lado, fundamenta-se na pontualidade do credor, conforme o entendimento de Benjamin Franklin, personagem eleito por Weber (2004). Esta, por sua vez, supõe e pressupõe uma disciplina do corpo e da mente ou do corpo-mente, se preferir, do uso do tempo e do espaço. Isto porque a disciplina, no contexto do capitalismo moderno, constitui e define o indivíduo e a coletividade, estabelece e restabelece as conexões do sujeito consigo

mesmo e com os outros, perpassa o sentimento e a razão, é um saber e um poder, é um olhar e um registro, é uma fragmentação e uma totalidade. Ela é localizável e difusa no indivíduo e na sociedade, nas relações individuais e sociais. A respeito dessa disciplina, da qual a pontualidade é um dos reflexos mais transparentes e fundamentais, o pensamento seguinte de Machado, (1988, p. xvii-xviii), é muito esclarecedor.

A disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório [...]. A disciplina é um controle do tempo. Isto é, ela estabelece o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficiência. Neste sentido, não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu desenvolvimento. E esse controle minucioso das operações do corpo ela o realiza através da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e finalmente, através da articulação do corpo com o objeto a ser manipulado. Em terceiro lugar a vigilância é um dos seus principais instrumentos de controle [...] Finalmente, a disciplina implica em registro contínuo de reconhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber (MACHADO, 1988, p. xvii-xviii).

A credibilidade, que se manifesta através da pontualidade, decorre, portanto, da disciplina necessária ao capitalismo moderno. Nessas condições, a credibilidade elege-se também como um dos componentes da nova mentalidade ou do novo ethos, constitutivo da modernidade. A credibilidade, por conseguinte, desperta e cativa a confiança própria e alheia, individual e coletiva, pública e particular, assegurando, ao mesmo tempo, o crédito do cidadão e da sociedade, tornando-os donos do próprio bolso e do bolso alheio.

Consequentemente, pode-se afirmar que o crédito, com a inclusão e o destaque para confiança do banqueiro, sobretudo, é condição e decorrência do crédito moral, a face visível da nova mentalidade e da nova postura, isto é, do ethos do capitalismo moderno. A credibilidade, aliada à pontualidade, traz consigo a virtude e a eficiência para se usar do cálculo e da previsão, de forma inteligente, ágil e flexível. Sendo ela, portanto, a expressão e a extensão de um novo modo de ser e de viver, de se relacionar com si e com os outros, com o mundo e com a natureza, com o próprio e com o alheio.

A presença contemporânea dos princípios éticos embutidos nas categorias: laboriosidade, honestidade, frugalidade e pontualidade

Indagar sobre presença contemporânea dos princípios éticos acima referidos e revisitados pelo escrevente, durante a pretensão de redigir este artigo, pareceu-lhe falar sobre o óbvio. Pois hoje, talvez mais do que nunca, tem-se debatido intensa e difusamente sobre a ética em geral e, mais especificamente, sobre como ganhar dinheiro, honestamente, no exercício de funções não só públicas, mas inclusive privadas, o que, aliás, caracteriza, também, o maior ou

menor grau de modernidade ou de atraso de um país, conforme já nos lembrava Weber (2004) há mais ou menos cem anos.

A “sagrada fome de dinheiro”, conforme o conteúdo de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, há pouco re-visitado, é componente da natureza humana, portanto, sempre fez e fará parte da história da humanidade, não obstante a opção de alguns pela vida em condições de pobreza com exclusão, obviamente, do estado de miserabilidade.

Ninguém pode negar que o “ganhar dinheiro”, na sociedade moderna ou, se preferir, pós-moderna, onde se inclui o Brasil de hoje, seja no âmbito das atividades desenvolvidas nos contornos do serviço público de todos os níveis, seja no interior das organizações privadas de quaisquer setores, seja ainda no fluxo das relações sociais cotidianas, institucionalizadas ou informais, deva ser permeado e orientado por princípios éticos, com destaque para a laboriosidade, honestidade, frugalidade e pontualidade, conforme Sá (2005, p. 2).

Implícita e explícita, nos princípios acima, encontra-se a legalidade. Esta, conforme o significado das próprias palavras, significa a conformidade com a lei, isto é, com a totalidade das normas jurídicas em vigor. A legalidade pressupõe, inclusive e principalmente, a lei escrita, traduzida de forma objetiva, colocada ao “alcance e conhecimento de todos”, com a finalidade de demarcar e orientar os cidadãos a respeito dos circuitos entre o trabalho honesto e o trabalho desonesto, e, conseqüentemente, também do “ganhar ou receber” dinheiro de maneira ética ou antiética. A legalidade, nessas condições, conforme, inclusive, já se afirmou, anteriormente, destaca-se, enquanto conjunto de normas orientadoras das práticas cotidianas, cria uma nova mentalidade, um novo espírito e uma nova maneira de viver e de olhar o mundo.

O conjunto de princípios re-visitados há pouco, ao propor e defender a existência de uma ética especial para o ganho ou recebimento de dinheiro, o bem-estar, individual e coletivo, nas condições do capitalismo moderno e para a sociedade como um todo, continua orientando o comportamento das instituições, o cotidiano das relações sociais de toda natureza, incluindo as de caráter político, econômico e social. Mas, por outro lado, este mesmo conjunto de princípios, articulado com muitos outros, continua, também, sendo desrespeitado, cumprido e descumprido, em todos os momentos, quando a honestidade ou a desonestidade, a legalidade ou a ilegalidade se fizer presentes.

A “sagrada fome de dinheiro”, componente da natureza humana, a todos parece, hoje, mais voraz do que nunca, conforme já foi mencionado. Para saciá-la muitos meios são empregados, meios honestos e desonestos, éticos e antiéticos. As mediações para se “ganhar, obter ou receber dinheiro”, quando honestas, continuam, inclusive hoje, provocando aplausos da sociedade como um todo, quando desonestas, também, continua provocando sua repulsa, repugnância ou revolta, o que comprova a atualidade dessas mediações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLINCK, M. T. *Ciência e política: duas vocações*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 7. ed. Trad. Armandina Venâncio. São Paulo: Global, 1985.
- FEATHERSTONE, M. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 105-124, out. 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Trad. Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FUKUYAMA, F. *Folha de São Paulo*. Cad. 3, p. 6, 1993.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 7. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: s. ed., 1984.
- _____. *A concepção dialética da história*. 6. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KURZ, R. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais, p.14-15, 2003.
- MACHADO, R. Prefácio. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MARX, K. *O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 16. ed. São Paulo: CHED, 1980.
- NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SÁ, G. R. de. *Sócio-filosofia da educação física*. Juiz de Fora: UFJF//FAEFID/NUPEMH, 1995.
- _____. O mensalão e a ética. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora, 8 set. 2005, p. 2.
- TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.
- TRAGTENBERG, M. *Max Weber*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens na sociedade contemporânea*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 1. reimp. Rev. de Antônio F. Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Abstract: In order to contribute with the debate about ethics, the following reflections aim to establish a dialogue with the principles making up

“modernity”, revealed through the laboriousness, frugality, and credibility categories, whose sounds still resonate at present, under other vibrations though, the latter however, already elaborated, re-elaborated, and exposed by the Protestant Reformation, according do Weber (2004), and Catholic Counter-Reformation, according to Gramsci (1979; 1984), both dating back to the ancient 16 th century. Such principles were further appropriated and assimilated by modern capitalism and the corresponding social formations. To achieve an easier course, the following dialogue was chosen developed along the following topics: debate, protestant ethics, laboriosness and honesty, frugality and punctuality, and, finally, the contemporary presence of the ethical principles inbuilt in these categories.

Keywords: ethics, modernity, capitalism, religion.